

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1391 | 12/06/2017 a 18/06/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

PAP 2017/18

POLÍTICA AGRÍCOLA DESEQUILIBRADA

Plano anunciado pelo governo federal tem
sobra de orçamento para a PGPM, mas
seguro rural sofre com poucos recursos

sistemafaep.org.br

Aos leitores

A redução das taxas de juros e a priorização no crédito para armazenagem são pontos do Plano Safra Agrícola e Pecuário 2017/18 a serem elogiados. Mesmo não atendendo à demanda do setor produtivo, que havia solicitado uma redução de dois pontos percentuais nas linhas de crédito de custeio e investimento, a queda deve significar um alívio nas contas dos produtores rurais. Já os recursos para a armazenagem podem ajudar a melhorar um dos maiores gargalos da infraestrutura do Brasil. Mas os R\$ 550 milhões reservados para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural são insuficientes para atender as necessidades do país, representando apenas 45% da demanda.

Outra reportagem traz informações sobre o escoamento da produção de soja no Paraná. Estudo foi elaborado pelo DTE/FAEP.

Também trazemos nesta edição uma matéria sobre como o clima está prejudicando a produção de feijão.

Boa leitura.

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores**

Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro |

Delegados Representantes: Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | **Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon

Edição: Ricardo Medeiros

Redação e Revisão: André Amorim e Carlos Guimarães Filho

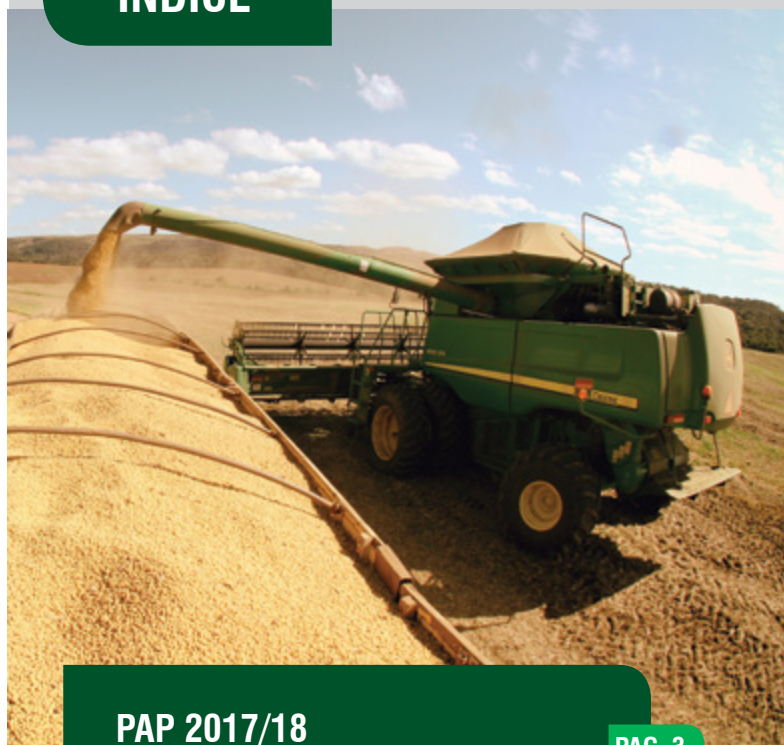
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figueira

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Peça-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1391:

Fernando Santos, Milton Doria, AEN, Giuliano Gomes, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE



PAP 2017/18

Plano agrícola tem juros menores

PAG. 3

CLIMA

Feijão sofre com as chuvas

Pág. 10

LOGÍSTICA

Estudo mostra o escoamento da soja

Pág. 16

HISTÓRIA

Batalhão de Suez

Pág. 18

BIOENERGIA

BB lança linha de crédito

Pág. 20

SANIDADE

Alternância de culturas auxilia no controle das doenças

Pág. 22

Plano Agrícola tem recursos insuficientes para o Seguro Rural

Taxa de custeio de 8,5% e investimento de 7,5%. Juros para armazenagem e inovação tecnológica será de 6,5%. Subvenção com R\$ 550 milhões fica abaixo da demanda de R\$ 1,2 bilhão

Por DTE/FAEP, com informações do Mapa



Ministro Blairo Maggi durante o anúncio do PAP 2017/18, que prevê 188 bilhões para financiamento agrícola

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) anunciou, no dia 7 de maio, em Brasília, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2017/18, que estabelece as condições da política agrícola de financiamento da produção, seguro rural e apoio à comercialização dos médios e grandes produtores para o período de 1.º de julho deste ano a 30 de junho de 2018. O governo federal também reduziu, entre um e dois pontos percentuais, os juros das operações.

O volume de crédito para custeio e comercialização é de R\$ 150,25 bilhões, sendo R\$ 116,25 bilhões com juros controlados (taxas fixadas pelo governo) e R\$ 34 bilhões com juros livres (negociação entre a instituição financeira e o produtor). O montante para investimento saltou de R\$ 34,05 bilhões para R\$ 38,15 bilhões, com aumento de 12%. Apoio à comercialização terá R\$ 1,4 bilhão.

Quanto aos juros, houve redução de um ponto percentual nas linhas de custeio. As taxas foram reduzidas de 8,5% ao ano no custeio do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e 9,5% ao ano para os

demais produtores empresariais, para 7,5% e 8,5%, respectivamente. O limite de financiamento de custeio é de R\$ 3 milhões por produtor, por ano-agrícola. Para o médio produtor, o limite é de R\$ 1,5 milhão. O prazo de pagamento é de 14 meses para produtores de grãos.

Os juros de investimento também tiveram redução de um ponto percentual na maioria das linhas, variando de 7,5% a 10,5%, dependendo da linha, e de dois pontos percentuais nos programas prioritários voltados à armazenagem (Programa para Construção e Ampliação de Armazéns/PCA – 6,5% a.a.) e para inovação tecnológica na agricultura (Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária/Inovagro – 6,5% a.a.).

Os recursos para investimento em armazenagem estão programados para R\$ 1,6 bilhão. Nesta temporada, os cearelistas também serão beneficiados no plano, que terão prazo de amortização do crédito em até 15 anos.

O Pronamp terá juros de 7,5% ao ano e contará com R\$ 21,7 bilhões, com alta de 12% em relação à safra passada. Os médios produtores rurais terão à disposição

financiamentos na ordem de R\$ 18 bilhões em custeio e R\$ 3,7 bilhões em investimentos.

O Inovagro contará, neste ano agrícola, com R\$ 1,26 bilhão, com limite de R\$ 1,1 milhão por produtor. O programa financia, por exemplo, equipamentos de agricultura de precisão.

Entre as novidades do plano está a retomada da linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para renovação de canaviais (Prorenova Rural), com recursos de R\$ 1,5 bilhão.

O Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) passa a contar com R\$ 9,2 bilhões, com incremento de 82,2% em relação ao programado na safra passada.

Vale lembrar que no Plano Agrícola do ano passado, o governo subestimou o valor necessário para o Moderfrota, que teve complementação de recursos ainda em 2016. A compra de máquinas e implementos agrícolas terá o limite de financiamento de 90% do valor financiado, com prazo de pagamento de sete anos.

O governo elevou a abrangência de finalidades financiadas com a fonte LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) e espera atingir o montante de R\$ 27,3 bilhões, desta fonte, no financiamento da cadeia do agronegócio.

Em 2018, o produtor poderá contar com R\$ 550 milhões do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). O valor é maior que os R\$ 400 milhões de 2017, mas muito abaixo do prometido nas negociações do PAP.

Principais novidades do PAP 2017/18

Recursos e acesso ao crédito

- **Volume total de recursos:** R\$ 188,3 bilhões, 79% a juros controlados.
- **Custeio a juros controlados:** R\$ 116,1 bilhões, equivalente a 77% do total de recursos disponibilizados para esta finalidade; R\$ 38,1 bilhões são para financiar investimentos – 86% com juros controlados.
- **Médio produtor rural**, com R\$ 21,7 bilhões para financiamentos ao amparo do Pronamp, 12% a mais do que na safra anterior. Para o custeio serão destinados R\$ 18 bilhões e para investimento, R\$ 3,71 bilhões.
- **O programa PCA** conta com R\$ 1,6 bilhão e o Inovagro com R\$ 1,26 bilhão e a menor taxa de juros do Plano Agrícola e Pecuário 2017/18, 6,5% a.a.

- **Redução dos prazos** máximos para reembolso dos financiamentos para investimento nas linhas ABC (de 15 para 12 anos), Moderfrota (de 8 para 7 anos), Moderinfra (de 12 para

10 anos) e de 24 para 14 meses para produtores de grãos no crédito de custeio.

- **Possibilidade de financiamento** de custeio para retenção de matrizes ovinas e caprinas, com prazo de até 2 anos, para contratações até 30 de junho de 2018.
- **Reativação do Prorenova.**
- **Diversificação das fontes de financiamento:**
 - Direcionamento ampliado de recursos a juros controlados, oriundos da emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), abrangendo também a comercialização, além de custeio e investimentos.
 - Viabilizar a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e de Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs), com correção em moeda estrangeira, mediante aprovação dessa condição para a Cédula de Produto Rural (CPR).

Redução nas taxas anuais de juros do crédito rural

8,5% a.a. para custeio
7,5% a.a. para investimento

6,5% a.a. para armazenagem e inovação tecnológica

Programa ABC

Inclusão de oliveiras e nogueiras entre os cultivos financiados pelo programa. Extensão dos financiamentos para açaí, cacau e dendê para as regiões aptas à produção destes produtos, além do Bioma Amazônia.

Inovagro

Ampliação da abrangência do programa.

- Financiamento de equipamentos de agricultura de precisão e de sistemas de conectividade na gestão das atividades agropecuárias.
- Inclusão de aqüicultura, carcinicultura, piscicultura e ovinocaprinocultura entre as atividades beneficiadas pelo programa.

Moderfrota

R\$ 9,2 bilhões, 82% a mais do que na safra anterior.

Seguro Rural – PSR

Orçamento 2018: R\$ 550 milhões.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2017/18 – R\$ 188,3 BILHÕES

CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO – VOLUME DE RECURSOS E CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO PAP 2017/18

PROGRAMA	RECURSOS PROGRAMADOS (R\$ MILHÕES)	PRAZO MÁXIMO	TAXA DE JUROS (% AO ANO)
Crédito rural (geral)	74.130	14 meses	8,5
Pronamp	18.000	14 meses	7,5
Funcafé	4.890	90 dias após a colheita	8,5
Fundos Constitucionais	3.580	Variáveis	Taxas por porte
Estocagem de álcool	2.000	270 dias	TJLP + 3,7%
LCA (taxa controlada)	13.650	Negociação entre as partes	12,75
Recursos livres	34.000	14 meses	Livres
TOTAL	150.250	-	-

Fonte: MAPA/SPA/DCEE. Elaboração: DTE/FAEP. Data: junho/2017

LINHAS DE PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AGROPECUÁRIO - VOLUME DE RECURSOS E CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO DO PAP 2017/18

PROGRAMA	RECURSOS PROGRAMADOS (R\$ MILHÕES)	LIMITE DE CRÉDITO/BENEFICIÁRIO	PRAZO MÁXIMO	CARÊNCIA (ANOS)	TAXA DE JUROS (% AO ANO)
Moderfrota	9.200	90%	7	-	7,5 e 10,5
Moderagro	640	R\$ 880 mil	10	3	8,5
Moderinfra	600	R\$ 2,2 milhões	10	3	7,5
ABC	2.130	R\$ 2,2 milhões	12	8	7,5
PCA	1.600	Livre	15	3	6,5
Inovagro	1.260	R\$ 1,1 milhão	10	3	6,5
Pronamp	3.710	R\$ 430 mil	8	3	7,5
Prodecoop	1.000	R\$ 150 milhões	10	3	8,5
Prodecoop - Aquis. Ativos	700	R\$ 150 milhões	10	3	TJPL+3,7%
Procap-Agro	2.200	R\$ 65 milhões	2	6 meses	TJPL+3,7%
SUBTOTAL	23.040	-	-	-	-
Fundos Constitucionais	5.884	-	12	3	Taxas por porte
Bancos Coop (Bancoop e Sicredi)	600	R\$ 430 mil	12	3	8,5
Proreova Rural	1.500	-	6	18 meses	TJPL+3,7%
BNDES - Agro	2.000	-	-	-	TJPL+3,7%
Outros a juros livres	5.125	-	-	-	-
TOTAL	38.149	-	-	-	-

Fonte: MAPA/SPA/DCEE. Elaboração: DTE/FAEP. Data: junho/2017



Avaliação da FAEP do PAP 2017/18

O Plano Agrícola e Pecuário PAP 2017/18 teve como pontos positivos a redução das taxas de juros, a priorização no crédito para armazenagem e o retorno da linha Prorenova.

Apesar do setor produtivo ter solicitado uma redução de dois pontos percentuais nas linhas de crédito de custeio e investimento, diante da nova realidade de taxa de juros da economia, o governo federal atendeu parcialmente a solicitação com o argumento de que a Proposta de Emenda Constitucional de 2016 limitou os gastos públicos.

A armazenagem é um dos maiores gargalos da infraestrutura do país e a redução de juros sinaliza aos produtores, cooperativas e cerealistas a possibilidade de reduzir o déficit com as novas condições de financiamento. Apesar disso, aos produtores que têm interesse em construir um armazém na propriedade, recomenda-se que analisem a sua capacidade de pagamento nessa linha de crédito, pois com as margens muito apertadas em algumas atividades, nem a redução de juros poderá viabilizar o financiamento. É preciso muita cautela na análise das vantagens de construir um armazém antes da tomada de decisão.

Dentre os pontos negativos, o orçamento para 2018 de R\$ 550 milhões do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) é insuficiente para atender as necessidades do país. Esse valor representa apenas 45% da demanda de R\$ 1,2 bilhão. O PSR deve dar cobertura para algo em torno de 12% da área agrícola brasileira no ano de 2018, que somado ao Proagro, cobre menos de 20% da área, ou seja, 80% da área agrícola nacional ficarão à mercê do clima.

Vale ressaltar que o governo federal disponibiliza anualmente em torno de R\$ 2,4 bilhões para a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), mas trata-se de um orçamento fictício, pois na maioria dos anos essa política não funciona ou chega tarde a quem precisa: os produtores. Para 2018 estão previstos R\$ 1,4 bilhão, apesar da média de execução do programa ser próximo de R\$ 600 milhões.

O tripé da política agrícola está desequilibrado. Sobre orçamento na PGPM, aplicam-se muitos recursos em crédito rural e o programa de seguro rural sofre com poucos recursos e frequentes contingenciamentos, exatamente o instrumento que mitiga riscos de produção que garante o pagamento dos financiamentos e a estabilidade da renda do produtor.

Uma das principais propostas do setor produtivo não foi atendida. A criação da linha de Regularização Ambiental e Conservação de Solos e Água no âmbito do Progra-

ma ABC com condições diferenciadas de financiamento. A taxa de juros de 7,5% no Programa ABC é incompatível com as finalidades com retorno financeiro baixo de longo prazo ou até que não geram retorno, gerando nos dois últimos anos pouca oferta e procura pelo programa para as finalidades de Regularização Ambiental e Conservação de Solos e Água.

O objetivo da proposta da FAEP, Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (Seab) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA) era de simplificar o acesso ao crédito e criar no âmbito do Programa ABC (Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura) uma linha de investimento com condições diferenciadas de financiamento, e centralizar os itens financiáveis de regularização ambiental e conservação de solos e água nessa mesma linha, retirando-os de outros programas que concorrem com o ABC, como o Pronamp Investimento, Moderagro, dentre outros.

Muitos itens financiáveis para o ABC estão previstos em mais de uma linha de investimentos (Pronamp, Moderagro, dentre outros) que estão distribuídos com prazos de reembolso e juros diferentes, dependendo do item financiável, o que pode gerar dificuldades aos produtores. Apesar disso, essas linhas que concorrem com o ABC têm análise e liberação de recursos mais rápida, tendo a preferência de gerentes, técnicos e produtores.

Na apresentação das propostas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), foi demonstrado que houve redução de 43% na execução do

Programa ABC em relação à safra passada, quando comparado os períodos de julho a dezembro, sendo que apenas 13% dos recursos programados de R\$ 2,99 bilhões haviam sido utilizados até dezembro de 2016.

Com a divulgação do PAP 2017/18 ficou patente que o governo federal não está atento às questões ambientais envolvidas com o Programa ABC e às necessidades de ajustar as condições de financiamento, fazendo com que caía no esquecimento.

Dentro do objetivo do programa, muitos itens financiáveis são utilizados para o cumprimento da Lei 12.651/12, do Novo Código Florestal, que tem dois instrumentos de regulamentação, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que termina seu prazo de inscrição até 31 de dezembro de 2017, e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), que é a regularização da propriedade rural nas questões ambientais de uso da água e de solo.

A regularização ambiental envolve a recomposição de florestas nas áreas de preservação permanente e Reserva Legal, além de estar incluído o uso da água e a conservação dos solos. Essas regularizações e práticas trazem benefícios aos produtores e para a sociedade, que só podem ser mensurados ao longo do tempo. Como há programas estaduais de conservação de solos, como do Paraná, em pleno momento de adesão dos produtores e prazos finais para o CAR e o começo das regularizações ambientais, o Mapa perdeu a oportunidade de priorizar o Programa ABC, que trará maior sustentabilidade econômica, ambiental e social caso tenha apoio da sociedade. Ainda é tempo de o governo federal rever essa política prioritária para o país.



Plano Safra da Agricultura Familiar

O Plano Safra da Agricultura Familiar divulgado no dia 31 de maio traz poucas mudanças em relação ao anterior. A novidade ficou na reestruturação das políticas públicas voltadas para os empreendedores familiares rurais, como a periodicidade plurianual, começando em julho de 2017 e encerrando em 2020; o início das ativi-

dades da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater); e o mesmo volume de recursos, limites financeiros, taxas de juros, carências e prazos de reembolso no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O volume disponibilizado pelo governo federal para a safra 2017/18 será de R\$ 30 bilhões, idêntico ao da safra 2016/17.

As condições para acessar as operações de custeio e investimentos do Pronaf 2017 são as seguintes:

Pronaf 2017/20 - Condições para as operações de custeio

Produtos	Limites	Taxa de Juros
Culturas de arroz, feijão, mandioca, leite, alho, tomate, cebola, batata, abacaxi, banana, açaí, laranja, e olerícolas.	até R\$ 250 mil	2,5% a.a.
Para cultivos em sistemas de produção de base agroecológica mútuo no ano-safra ou em transição para sistemas de base agroecológica.	até R\$ 250 mil	2,5% a.a.
Milho	até R\$ 20 mil R\$ 20 mil à R\$ 250 mil.	2,5% a.a. 5,5% a.a.
Outras culturas, criações ou atividades:	R\$ 20 mil à R\$ 250 mil.	5,5% a.a.

Pronaf 2017/20 – Condições para as operações de investimento com limite até R\$ 165 mil e taxa de juros de 2,5% ao ano.

Linhas de crédito

I - adoção de práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais, incluindo a correção da acidez e da fertilidade do solo e a aquisição, o transporte e a aplicação dos insumos para estas finalidades.

II - formação e recuperação de pastagens, capineiras e demais espécies forrageiras, produção e conservação de forragem, silagem e feno destinados à alimentação animal.

III - implantação, ampliação e reforma de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água, inclusive aquisição e instalação de reservatórios d'água, infraestrutura elétrica e equipamentos para a irrigação.

IV - aquisição e instalação de estruturas de cultivo protegido, inclusive os equipamentos de automação para esses cultivos.

V - construção de silos, ampliação e construção de armazéns destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças e fibras, inclusive a construção e aquisição de câmaras frias.

VI - aquisição de tanques de resfriamento de leite e ordenhadeiras.

Demais linhas do Pronaf investimento

Aquisição de animais para recria e engorda.	Limite até R\$ 20 mil	Juros de 5,5 %a.a.
Atividades de aquicultura, avicultura, carcinicultura fruticultura e suinocultura.	Limite até R\$ 330 mil	

O presidente Michel Temer assinou, também, o Decreto n.º 9.064, que regulamenta os créditos de instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária e o que institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Ainda regulamentou a Lei n.º 11.326, de julho de 2016, que institui o Cadastro

Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que irá substituir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

A DAP deixará futuramente de ser o instrumento que identifica o agricultor e o empreendedor familiar rural. O CAF passará a ser o requisito para o acesso às ações e às políticas públicas e ao empreendimento familiar rural.

Valor pago pela saca da batata sobe no Paraná

Até o momento, 55% das lavouras já foram colhidas. Preço baixo no primeiro trimestre do ano é reflexo da grande oferta do tubérculo



Depois de um início de ano com baixos preços, a batata volta a animar os produtores paranaenses. Em janeiro deste ano, a saca de 50 quilos do tubérculo estava sendo comercializada em torno de R\$ 20. Em maio, esse preço saltou para R\$ 52,91, segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab).

Apesar da melhora, na comparação com maio de 2016 houve redução de 55% no preço pago aos produtores. A explicação está na oferta do produto, que ano passado foi bastante prejudicada por problemas climáticos. Segundo os técnicos do Deral, neste ano houve crescimento na área plantada e também na produtividade. Em 2016, a batata ocupou 13.194 hectares, com produtividade média de 24 mil toneladas por hectare. Neste ano, a área ficou em 13.263 ha, com produtividade de 27 mil ton/ha.

Até o momento, 55% da segunda safra da batata paranaense (plantada entre novembro de 2016 e abril de 2017) já foram colhidas. Com uma produção estimada em 259 mil toneladas, o volume colhido nesta temporada foi 15% maior do que no ano passado. Naquela

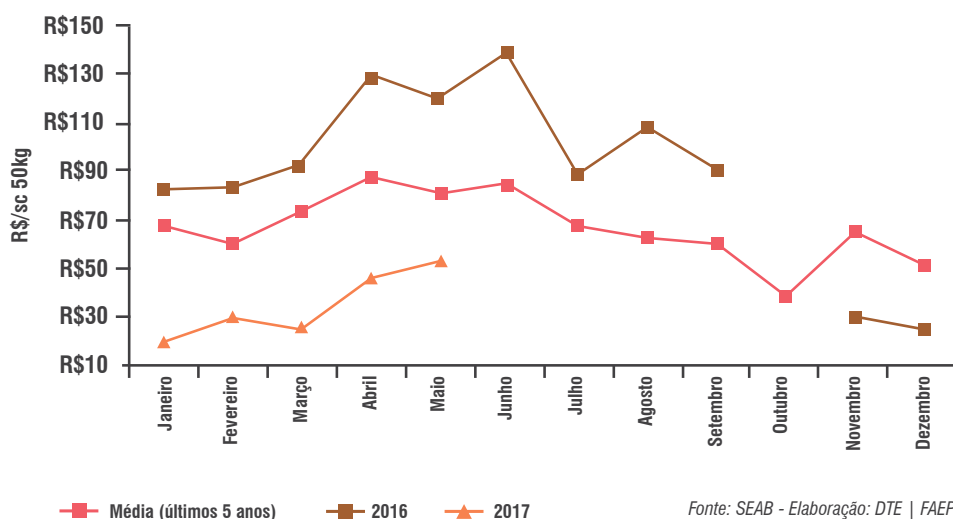
temporada, somadas a primeira e a segunda safras, foram colhidas 777 mil toneladas. Na atual, são cerca de 926 mil toneladas no total.

Na opinião do produtor Anton Goura, de Guarapuava (região Centro-Sul), a elevação de preços em maio é momentânea. “Esse movimento é normal. É só parar de chover que já cai o preço”, explica, referindo-se à dificuldade de colher o tubérculo com tempo chuvoso. Na sua opinião, quando a oferta voltar a se normalizar, com a retomada das colheitas, o preço deve cair.

Com três hectares destinados à batata, Goura conta que no início do ano estava recebendo R\$ 18 por saca. Agora, diz ele, vem recebendo uma média de R\$ 80 a saca. “Na média, dá uns R\$ 50 por saca, o que é um preço ruim”, aponta. Segundo o produtor, uma média boa seria por volta de R\$ 75 a saca. “No ano passado ficou mais ou menos por aí”, recorda.

Neste ano, apesar dos preços não animarem tanto, a produção de Goura foi boa. Suas lavouras apresentaram uma produtividade de cerca de 1 mil sacas por hectare, ou 50 toneladas, o que é quase o dobro da média paranaense.

Batata - Preço Médio pago ao Produtor Paranaense



Fonte: SEAB - Elaboração: DTE | FAEP

Chuvas trazem prejuízo para o feijão

Na região Sudoeste, principal produtora do Estado e onde há mais lavouras a serem colhidas, estragos foram significativos



Depois de enfrentarem geada no final de abril, os produtores de feijão do Paraná começam a contabilizar os prejuízos causados pelas chuvas que impediam a colheita da segunda safra do grão em algumas regiões. Segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab), ainda falta colher 39% da segunda safra paranaense de feijão, a mais expressiva do ano agrícola.

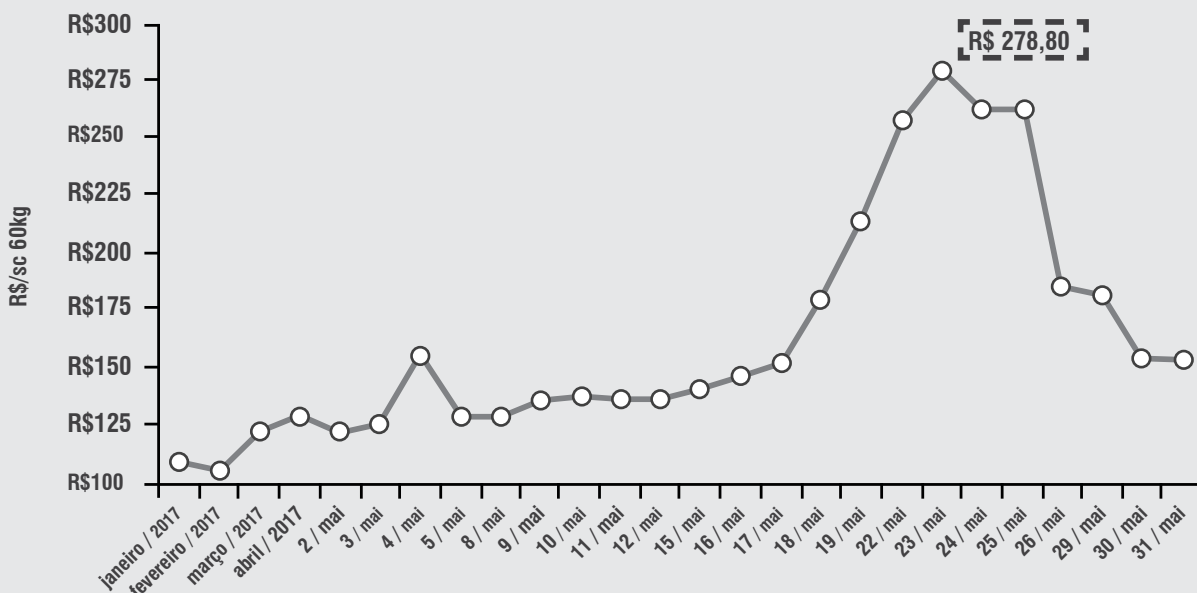
Este ano, a área ocupada pelo feijão no Paraná foi de 237 mil hectares, 16% maior do que a área destinada à segunda safra da leguminosa em 2016. A expectativa era colher 412 mil toneladas este ano, porém, com as adversidades climáticas esse volume deve cair. As perdas ainda não foram calculadas pelo Deral.

No ranking paranaense do feijão, a região Sudoeste responde pelo maior percentual da produção estadual, com 21%. Foi justamente nesta região que as chuvas causaram mais estragos. Segundo o presidente do Sindicato Rural de Pato Branco, Oradi Caldato, as lavouras

“Era uma esperança muito grande porque a soja e o milho caíram muito de preço. Então o pessoal apostou no feijão. O agricultor perdeu e o consumidor vai pagar mais caro”

*Oradi Caldato,
produtor e presidente do
Sindicato Rural de Pato Branco*

Feijão Carioca - Preço médio pago ao produtor paranaense



Fonte: SEAB - Elaboração: DTE | FAEP

ras da região já haviam contabilizado perdas da ordem de 30% por conta da geada. “Depois colhemos mais uns 40% antes da chuva e agora ainda tinha pelo menos uns 30% para colher”, afirma. De acordo com ele, além da impossibilidade de colher por conta da chuva, boa parte da produção já estava em fase de maturação e com a grande umidade começou a brotar na própria vagem. “Esse que restou aí, não sei se aproveitamos nem 10%”, avalia.

Com mais de 100 hectares cultivados com feijão carioca, o dirigente conta que a maior parte da sua produção ficou para ser colhida mais tarde, em função do alongamento do ciclo do milho, cultura que antecedeu o feijão na região. Segundo Caldato, a quebra da produção desanimou muitos produtores que apostaram no feijão frente à proibição do plantio da soja safrinha. “Era uma esperança muito grande porque a soja e o milho caíram muito de preço. Então o pessoal apostou no feijão”, diz. “O agricultor perdeu e o consumidor vai pagar mais caro”, observa.

Até o fechamento desta reportagem, no dia 7 de junho, de acordo com o Instituto Brasileiro de Feijão e Pulses (Ibrafe), o feijão carioca nota 8,5 era cotado a R\$ 220 a saca, em Pato Branco, e R\$ 280, em Castro (região dos Campos Gerais). Para o presidente do Sindicato Rural de Castro, Eduardo Medeiros, as chuvas não chegaram a prejudicar a produção na sua região, porque a maioria das lavouras já havia sido colhida. Medeiros estima uma perda da ordem de 30% por conta de redução na produtividade e na qualidade dos grãos em decorrência das chuvas. “O preço subiu bem, o que compensa um pouco

as perdas, mas não altera a renda”, afirma.

Segundo o presidente do Ibrafe, Marcelo Lüders, existe a possibilidade de o preço do feijão carioca bater os R\$ 350 ao longo de junho. Em julho, com a entrada do feijão terceira safra, o preço deve cair.



Com excesso de chuvas feijões estão brotando nas vagens

Ciclo de preços na pecuária de corte

Por Guilherme Mossa de Souza Dias, zootecnista DTE/FAEP



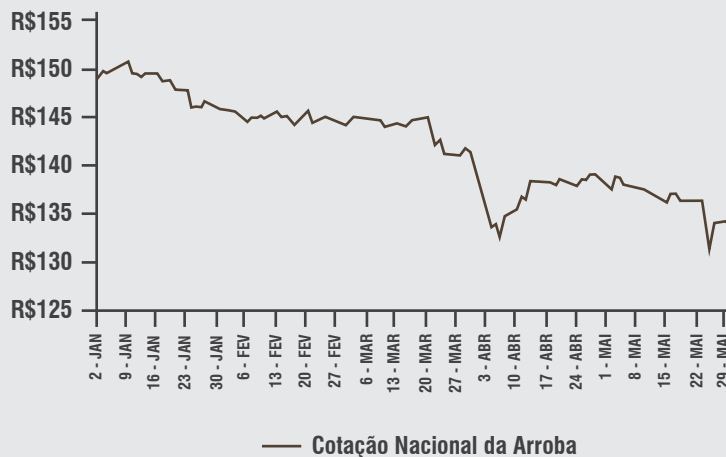
A pecuária nacional atravessou períodos de sucessivos recordes históricos para a cotação nominal da arroba do boi gordo em 2015 e 2016. A escassez de animais para abate, associada ao acesso a mercados importadores contribuiu para um cenário de valorização da arroba, provocando a retenção de matrizes e altos investimentos na produção de bezerros, que também apresentaram os maiores valores da série histórica no período.

O ciclo de preços na pecuária de corte dura em torno de quatro anos, período no qual a produção se adapta às condições de preços ofertados, com os estoques de animais a campo se ajustando conforme a demanda do mercado. Apesar de atravessarmos um momento de redução de preços decorrente da melhoria da oferta de animais para abate, a convulsão política e econômica provocada pelo desenrolar das operações Lava Jato, Carne Fraca e Bullish, da Polícia Federal, tem contaminado o mercado da carne bovina como um todo.

A concentração da capacidade industrial em empresas ligadas a escândalos, sejam eles políticos e/ou sanitários, agrava o cenário de redução de preços pagos ao produtor, no qual a suspensão dos abates em função

de embargos provocados a carne brasileira, no caso da exportação, culmina no “travamento” do mercado. Tal fato, pode ser verificado no gráfico abaixo, que traduz as cotações da arroba em âmbito nacional, conforme as cotações do Cepea.

Médias nacionais para a cotação da arroba de janeiro a maio de 2017 (valores nominais)



Fonte: CEPEA

Nota-se que a curva de preços vinha apresentando queda gradual, em função da melhoria da oferta de animais para abate e escalas mais confortáveis por parte dos frigoríficos. Todavia, os reflexos da Operação Carne Fraca, deflagrada em 17 de março pela PF, acentuaram a queda de preços a partir de 18 de março, culminando em desvalorizações bastante expressivas.

A arroba iniciou 2017 cotada a R\$ 148,93, valor 1,5% inferior aos R\$ 149,54 de igual período de 2016, se arrefecendo na média de 1,5% ao mês de janeiro a março. Já em abril, a queda foi de 9,4%, quando comparada ao início do ano, e 6,4% frente à média do mês anterior.

Diante das incertezas, a maior parte dos frigoríficos ficou fora das compras, esperando uma melhor colocação do mercado e exercendo pressão baixista. Em contrapartida, o pecuarista, com boa condição de pastagens no final do verão, também ficou fora das negociações, resultando em encurtamento da escala dos frigoríficos e a volta de ofertas maiores para a arroba.

Em função desse cenário de mercado “travado”, o Banco do Brasil anunciou em 29 de março a prorrogação de prazos de financiamentos em curso, no qual os pecuaristas teriam a possibilidade de estender os contratos de custeio e investimentos, com vencimentos entre março e junho de 2017, pelo prazo de até um ano, com a manutenção das taxas de juros originais. Tal medida tranquilizou o setor produtivo, que se viu sem opção de entrega de animais para abate em função da suspensão temporária da comercialização com alguns frigoríficos.

Com a normalização do mercado, associada à retomada das exportações advinda de uma rápida reação do Ministério da Agricultura aos escândalos, a cotação da arroba apresentou ligeira melhora em maio, atingindo R\$ 137,45 na média do mês. Entretanto, com o surgimento das delações da empresa JBS, em 17 de maio, uma nova turbulência afetou o mercado, gerando instabilidade política e econômica em nível nacional.

A JBS interrompeu os pagamentos à vista e, segundo relatos do campo, está trabalhando somente com aquisições de animais com pagamento a prazo. Dado o monopólio que a empresa exerce nos principais estados produtores, a desconfiança dos pecuaristas é generalizada, temendo o calote, e estratégias para reverter esse cenário ainda são incertas.

Médias mensais para cotação nacional da arroba (valores nominais em R\$)

Mês/ano	2014	2015	2016	2017
Janeiro	114,16	142,97	149,54	148,93
Fevereiro	118,04	143,39	154,00	145,77
Março	124,65	145,35	155,80	144,19
Abril	124,43	149,44	157,39	134,85
Maio	121,87	147,86	154,38	137,45

Fonte: CEPEA



O desenrolar das investigações aumenta as especulações em um cenário em que os produtores têm buscado entregar os animais terminados a frigoríficos alternativos antes do início do período seco, para fugir do prejuízo e garantir oferta de pasto aos animais mais jovens da propriedade. Ao mesmo tempo, os frigoríficos se aproveitam do final da safra e exercem pressão baixista em um momento de consumo interno fragilizado pela crise econômica.

As cotações verificadas em abril e maio apresentam os menores valores desde outubro de 2014, considerando valores nominais. Dada a conjuntura atual, tais valores traduzem-se em margens reduzidas aos produtores, que verificaram aumentos substanciais nos insumos agropecuários desde então.

Mesmo com apenas uma unidade da JBS no Estado, os reflexos da Operação Carne Fraca foram sentidos no mercado do boi gordo paranaense. Dados da Scot Consultoria apontam para uma queda de 10,3% na cotação do boi gordo entre 16 de março (dia anterior a operação) e 31 de maio, sendo o Paraná o Estado com a queda mais expressiva no período. A média nacional de queda foi de 5,6%, em 17 praças pesquisadas.

De maneira geral, o cenário é de incertezas. Alguns estados prejudicados pelo monopólio da JBS têm buscado estratégias para a entrega de animais em outros frigoríficos ou outras Unidades da Federação sem a incidência do ICMS, como o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Todavia, a crise econômica que também assola o setor público dificulta a aprovação dessa medida pelos governos estaduais.

Sendo assim, a expectativa do setor paira sobre a resolução das investigações e a melhoria da situação do mercado, esperando que ainda haja uma luz no fim do imenso túnel de escândalos que a nação vem enfrentando nos últimos anos.

FAEP pede prorrogação de dívidas

O Banco do Brasil anunciou, em 29 de março, a possibilidade de prorrogar, por um ano, operações de custeio e investimento com vencimento entre março e junho deste ano. A medida, conforme nota do BB, visa beneficiar 77 mil clientes que possuem R\$ 4,7 bilhões em operações passíveis de prorrogação e o banco informou que irá manter as taxas das operações originais. A medida simplifica o pedido de renegociação, uma vez que dispensa a necessidade de o produtor apresentar laudo técnico. A FAEP enviou um ofício ao Banco do Brasil solicitando que a instituição estenda para as parcelas vencíveis até setembro a medida

emergencial de facilitar a prorrogação de dívidas dos pecuaristas.

Os produtores continuam tendo dificuldades para comercializar sua produção. Os preços da arroba do boi pioraram desde março e a comercialização está lenta ou travada, o que impacta na renda dos produtores que estão sem capacidade de pagamento para honrar os compromissos assumidos no crédito rural.

As cotações verificadas em abril e maio são as menores desde outubro de 2014, considerando valores nominais. Dada a conjuntura atual, tais valores traduzem-se em margens reduzidas aos produtores, que arcam com aumentos substanciais nos insumos agropecuários desde então.

Crédito rural

Orientações aos produtores sobre renegociação – parcela 2017 de custeio e investimento:

Produtores rurais que estão encontrando dificuldades em suas atividades agrícolas ou de pecuária por conta de redução dos preços recebidos que não cobrem os custos de produção, dificuldades de comercialização com mercado travado (falta de liquidez/sem comprador) ou perdas por problemas climáticos, e por essas razões tiveram a capacidade de pagamento comprometida, impossibilitando o pagamento das parcelas de 2017 das operações de custeio e investimento de crédito rural, podem solicitar ao agente financeiro uma renegociação.

A prorrogação parcial ou total da parcela está prevista nas normas do Manual do Crédito Rural (MCR).

No entanto, o produtor deve estar atento, pois a prorrogação pode impedir seu acesso a novos financiamentos por conta do aumento do risco do agente financeiro. Verifique com o seu gerente no agente financeiro quais as condições para renegociar as parcelas do crédito rural.

1. O que diz o MCR 2.6.9 sobre as operações de custeio e investimento agropecuário?

Não há necessidade de edição de novas normativas do Banco Central para prorrogar custeios, tendo em vista que o MCR já prevê a prorrogação.

O MCR determina que independentemente de consulta ao Banco Central é devida a prorrogação da dívida, aos mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento ao mutuário, em consequência de:

- a) Dificuldade de comercialização dos produtos;
- b) Frustração de safras, por fatores adversos;
- c) Eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

Vale ressaltar que os agentes financeiros calculam toda a renda proveniente da venda da produção obtida ou recebida de indenizações seguro rural ou Proagro e esses valores são amortizados nos financiamentos, podendo prorrogar o restante conforme análise caso a caso.

2. O que estabelece a resolução 3.979/2011 do Conselho Monetário Nacional – CMN que ampara a renegociação de dívidas para operações de investimento e o que ela diz em relação às consequências desta renegociação?

Conforme essa resolução constante no MCR 13.1.4 e 13.1.6, o texto estabelece as seguintes regras e consequências:

4 - A instituição financeira, a seu critério e com base nas condições constantes do MCR 2-6-9, nos casos em que ficar comprovada a incapacidade de pagamento do mutuário, pode renegociar as parcelas de operações de crédito de investimento rural contratadas com recursos repassados pelo BNDES e equalizadas pelo TN, sob coordenação do Mapa, com vencimento no ano civil, desde que respeitado o limite de 8% (oito por cento) do valor das parcelas de principal com vencimento no respectivo ano destas operações, na instituição financeira, observadas as seguintes condições:

a) A base de cálculo dos 8% (oito por cento) é o somatório dos valores das parcelas de principal relativas a todos os programas agropecuários de que trata o caput, com vencimento no respectivo ano, apurado em 31 de dezembro do ano anterior;



b) Para efetivar a renegociação, o mutuário deve pagar até a data do vencimento da parcela, no mínimo, o valor correspondente aos encargos financeiros devidos no ano;

c) Até 100% do valor das parcelas do principal com vencimento no ano pode ser incorporado ao saldo devedor e redistribuído nas parcelas restantes, ou ser prorrogado para até 12 (doze) meses após a data prevista para o vencimento vigente do contrato, mantidas as demais condições pactuadas;

d) Cada operação de crédito somente pode ser beneficiada com até 2 (duas) renegociações de que trata este item;

e) A instituição financeira está autorizada a solicitar garantias adicionais, dentre as usuais do crédito rural, quando da renegociação de que trata este item;

f) A instituição financeira deve atender prioritariamente, com as medidas previstas neste item, os produtores com maior dificuldade em efetuar o pagamento integral das parcelas nos prazos estabelecidos;

g) Os mutuários devem solicitar a renegociação de vencimento da parcela do principal até a data prevista para o respectivo pagamento;

h) O pedido de renegociação do mutuário deve vir acompanhado de informações técnicas que permitam à instituição financeira comprovar o fato gerador da incapacidade de pagamento, sua intensidade e o percentual de redução de renda provocado.

6 - O mutuário que renegociar sua dívida nas condições

estabelecidas no item 4 ficará impedido, até que amortize integralmente as prestações previstas para o ano seguinte, parcela do principal acrescida de encargos financeiros, de contratar novo financiamento de investimento rural com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional ou com recursos controlados do crédito rural, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

3. Como protocolar pedidos?

Recomenda-se protocolar o pedido de prorrogação de custeio ou investimento com pelo menos 15 dias de antecedência do vencimento, anexando laudo técnico assinado por assistente técnico e um quadro de capacidade de pagamento mostrando receitas e custos das atividades safra. Protocolar sempre o pedido em duas vias, guardando a via que foi protocolada com recebido do gerente. Caso o gerente se negue a receber, fazer a entrega do documento utilizando os serviços do cartório de títulos e documentos (três vias de igual teor e datadas). O Banco do Brasil possui modelo próprio de pedido de prorrogação, consulte seu gerente antes de protocolar o pedido no banco.

4. Dúvidas entrar em contato com:

Departamento Técnico e Econômico – FAEP:
Pedro Loyola (41) 2169-7932 pedro.loyola@faep.com.br

Os modelos de carta de pedido de prorrogação podem ser acessados no site do Sistema FAEP, por do link Serviços.

Estudo mapeia escoamento da soja paranaense

Material elaborado pelo Departamento Técnico e Econômico da FAEP reuniu as principais cadeias produtivas do agronegócio no Estado

A cultura que melhor expressa a pujança do agronegócio brasileiro é a soja. Desde que foi introduzida na agricultura nacional, a oleaginosa tornou-se o carro chefe das exportações de commodities do país.

Uma contribuição para melhor entender as dinâmicas de mercado após a colheita é o estudo “Potencial de Escoamento da Produção Agropecuária Paranaense”, elaborado pelo Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP, que traz dados sobre produção e escoamento das principais cadeias do agronegócio paranaense: soja, milho, trigo, feijão, avicultura (apenas frangos), suinocultura, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, cultivos florestais, cana-de-açúcar, batata, mandioca e fertilizantes.

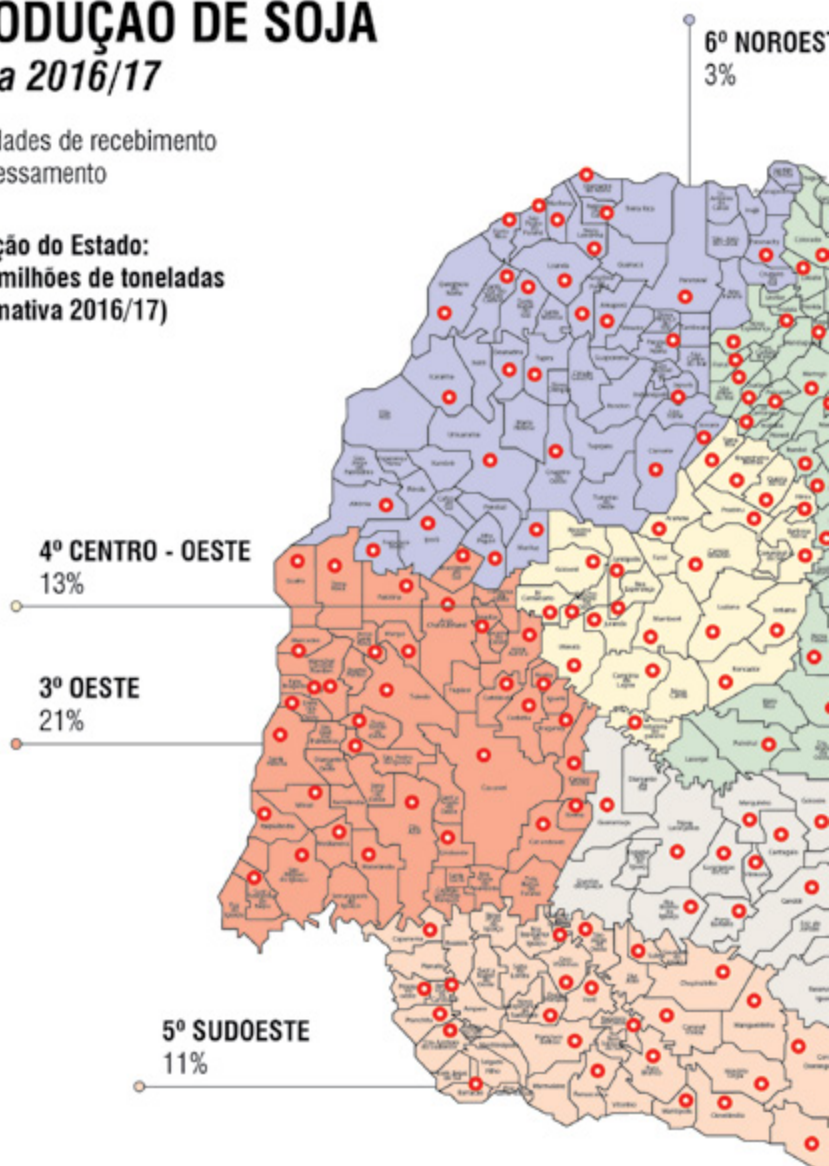
Para a safra 2016/17, a Companhia Nacional do Abastecimento (Conab) estima uma produção de 107,61 milhões de toneladas em todo Brasil. O Paraná é o segundo maior produtor nacional, com uma produção de 19,04 milhões de toneladas, um crescimento de 15% em relação à safra anterior, marcada por uma quebra de produção de 3%.

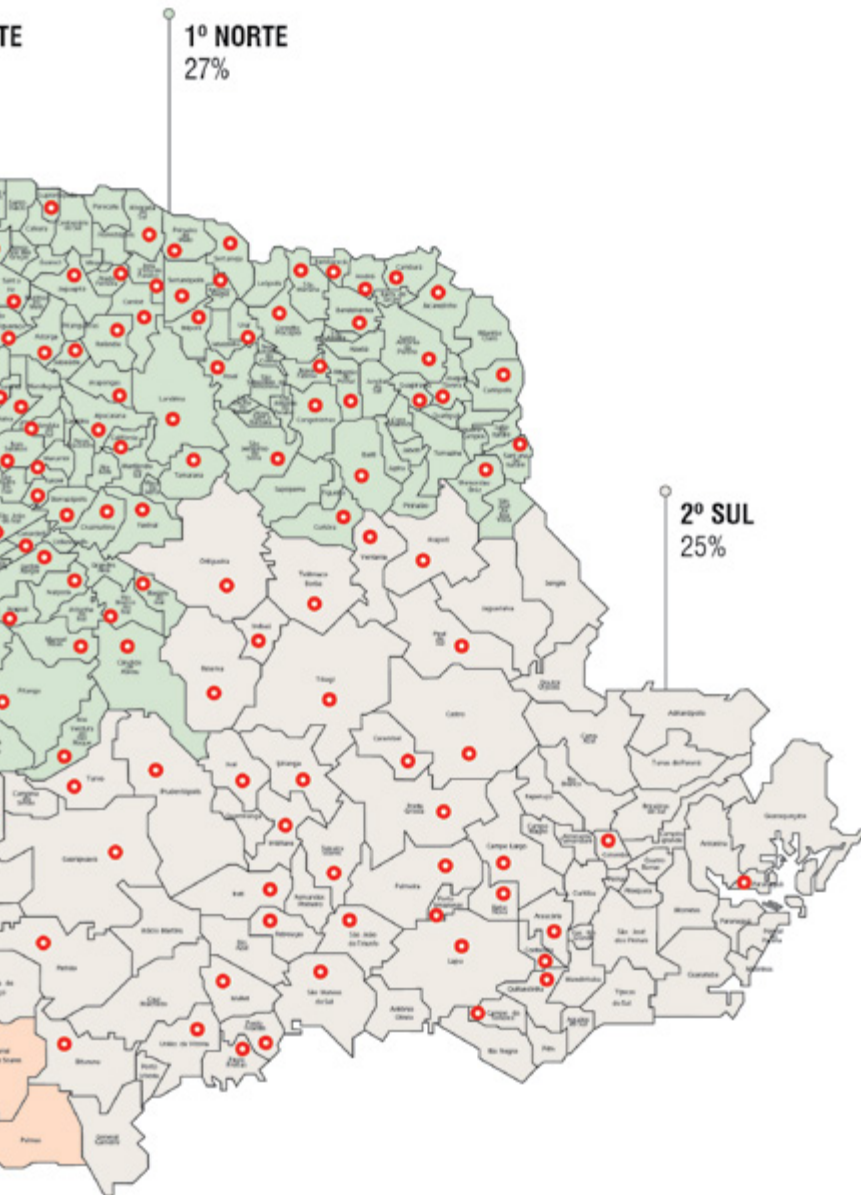
Depois de colhida, a oleaginosa tem dois principais destinos. Segundo o estudo da FAEP, 49% do grão são exportados e os 51% restantes vão para agroindústrias para o esmagamento. Do total que fica no Brasil, 79% são transformados em farelo e 21% em óleo de soja. Daquilo que é transformado em farelo, 48% são consumidos no Estado, como ração animal, e 52% vão para exportação. O mesmo ocorre com o óleo: 23% são exportados enquanto 77% são

PRODUÇÃO DE SOJA Safra 2016/17

● Unidades de recebimento e processamento

Produção do Estado:
19,04 milhões de toneladas
(* estimativa 2016/17)





destinados ao consumo doméstico.

As principais cooperativas e empresas que recebem e esmagam a soja paranaense são: Coamo, Cocamar, Coopavel, Agrária, Lar, Copacol Copagrill, ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus.

Escoamento

Commodity negociada no mercado internacional, a soja é vendida antecipadamente na Bolsa de Valores de Chicago (CBOT), antes mesmo da colheita, que começa em janeiro. O ritmo das vendas da oleaginosa depende de diversas variáveis, como clima, câmbio, mercado, entre outros fatores. Porém, de um modo geral, as exportações se concentram no primeiro semestre do ano, principalmente entre março e maio, quando ocorre a colheita e existe um grande volume de soja no mercado.

Em 2016, de toda soja em grão exportada pelo Paraná, 68% passaram pelo Porto de Paranaguá. Além da produção paranaense, o terminal foi responsável pelo embarque de mais de 2 milhões de toneladas de soja de outros estados, principalmente do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

No que se refere ao farelo, 96% da produção paranaense destinada à exportação foram escoadas por Paranaguá.

A região que destina a maior parte da soja em grão para a exportação é o Norte, que exporta 47% da oleaginosa que produz. Na outra ponta, a região Oeste destina apenas 18% de sua soja para a exportação, consumindo internamente 82% da produção.

Sobre rodas

O caminhão continua sendo o principal meio de transporte para o escoamento da soja paranaense. Segundo o estudo da FAEP, das 5,4 milhões de toneladas da oleaginosa exportadas via Porto de Paranaguá, 4,8 milhões chegaram ao terminal pelas rodovias do Estado. Outras 566.209 mil toneladas foram transportadas por ferrovias. A região Norte é aquela que mais utiliza o modal ferroviário para o escoamento da soja. Em 2016, 85% da soja escoada por vagões de trem vieram desta região.

Acesse o estudo “Potencial de Escoamento da Produção Agropecuária Paranaense” na íntegra no site do Sistema FAEP, no link Serviços.

Batalhão de Suez

Decisão de nacionalizar o Canal de Suez levou Egito e Israel à guerra em 1956.

Tropas brasileiras fizeram parte das Forças de Paz da ONU chamadas para controlar os ânimos na região





Em 26 de julho de 1956, o então presidente egípcio Gamal Abdel Nasser (1918-1970) decidiu nacionalizar o Canal de Suez, que era administrado pela Inglaterra. Os ingleses tinham recebido o canal artificial como parte da dívida que o Egito havia contraído com o país europeu. A via marítima de 195 km de extensão, com 170 metros de largura e 20 metros de profundidade, liga Port-Said, no Mar Mediterrâneo, ao porto de Suez, no Mar Vermelho. A decisão egípcia desagradou a Inglaterra e a França, que também tinha interesses na rota comercial construída entre 1859 e 1869, permitindo uma ligação mais curta entre Europa e Oriente, evitando o contorno do continente africano.

Outra medida de Nasser foi bloquear o Estreito de Tiran, a única saída de Israel ao Mar Vermelho por meio do golfo de Aqaba. Egípcios e israelenses viviam em estado de beligerância desde 1948, quando o Estado de Israel foi criado por resolução da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 29 de outubro de 1956, forças militares israelenses invadiram a península de Sinai e paraquedistas franceses e ingleses tomaram Port-Said. Com a conquista da península de Sinai, os israelenses conseguiram reabrir o porto de Eliat, no Mar Vermelho. A Guerra de Suez durou duas semanas. Só após pressão dos Estados Unidos é que França e Inglaterra se retiraram do conflito. Ameaças da ex-União Soviética também levaram Israel a rever sua ação na região. Mesmo assim o Egito saiu derrotado.

Ação da ONU

A ONU, que havia sido criada para mediar conflitos pelo mundo após a fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, foi chamada para controlar os ânimos na região do Sinai. Em 7 de novembro de 1956, foi instituída a 1.^a Força de Emergência das Nações Unidas (Unef 1). Tropas do Canadá, Brasil, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia foram enviadas para patrulhar o canal. A força brasileira ficou conhecida como Batalhão de Suez. Vinte contingentes do Exército fizeram parte das Forças de Paz da ONU. A tropa brasileira ficou estacionada perto de Rafah, perto da Faixa de Gaza, e tinha a missão de patrulhar a fronteira entre Egito e Israel e limpar campos de minas no deserto. O primeiro contingente brasileiro desembarcou na região em janeiro de 1957. O restante do batalhão desembarcou em Port Said em 4 de fevereiro de 1957.

Durante os dez anos (1957-1967) em que ficou no Oriente Médio, o Brasil enviou cerca de 6,3 mil homens. Sete soldados brasileiros morreram na região. O general brasileiro Carlos Paiva Chaves comandou a missão da ONU de janeiro a agosto de 1964. Entre janeiro de 1965 e janeiro de 1966, o general Syseno Sarmiento ficou à frente da Unef 1. O Brasil se retirou da região em 13 de junho de 1967.



Crédito para a bioenergia

Programa Agro Energia financia usinas de energias renováveis no Paraná



Os produtores paranaenses têm mais uma opção para viabilizar o tratamento dos dejetos animais e ainda gerar econômica na propriedade com a redução do custo de produção, por meio da autossuficiência na geração de energia. Recentemente, o Banco do Brasil lançou o Programa Agro Energia, que reúne todas as linhas de crédito voltadas para bioenergia. No total, R\$ 1 bilhão está à disposição para o financiamento e a instalação de usinas geradoras de energias renováveis pelos produtores rurais no Paraná.

“O programa é voltado para o financiamento de práticas sustentáveis. Reconhecemos o protagonismo dos produtores na solução de problemas. Esse recurso irá ajudar”, diz Elondir José Biazibetti, gerente de negócio

R\$ 1 bi

Esse é o valor destinado pelo Banco do Brasil ao Paraná por meio do Programa Agro Energia



“Sem incentivo para viabilizar o financiamento e permitir a viabilidade econômica fica difícil. É fundamental esse suporte para o investimento em fontes alternativas de energia se torne viável financeiramente”

*José Carlos Colombari,
produtor e presidente do Sindicato Rural
de São Miguel do Iguaçu*

da Superintendência do Banco do Brasil no Paraná. No âmbito nacional, o Programa Agro Energia colocou R\$ 2,5 bilhões à disposição do setor produtivo.

No Paraná, a expectativa da instituição financeira é de que o montante seja contratado ao longo dos próximos três anos. “Ainda não temos mapeado, pois é muito recente. Mas já sabemos de muitas consultas nas agências, movimentação por parte dos clientes. A expectativa é muito boa”, diz Biazibetti. “Esse valor [R\$ 1 bilhão] é o potencial que acreditamos que o Estado tem. Mas não há limite”, complementa.

O produtor e presidente do Sindicato Rural de São Miguel do Iguaçu, José Carlos Colombari, reconhece a importância do programa para o crescimento da bioenergia no Estado. Colombari, um dos pioneiros do auto-abastecimento energético no Paraná, possui sistema de biogás na sua propriedade, no Oeste, desde 2006.

“Esse programa é uma motivação a mais para o produtor colocar biodigestor na propriedade. Além de atender a legislação ambiental que exige sistema de tratamento para dejetos animais, esse material, em lagoas cobertas, gera metano, que possibilita pagar o financiamento do uso do biogás para fazer energia elétrica”, ressalta o produtor.

Ainda para Colombari, que em 2010 instalou mais um biodigestor em função do aumento do plantel de suínos e, conseqüentemente, o volume de efluente, iniciativas dos setores público e privado são fundamentais para alavancar a bioenergia no campo.

“Sem incentivo para viabilizar o financiamento e permitir a viabilidade econômica fica difícil. É fundamental esse suporte para o investimento em fontes alternativas de energia se torne viável financeiramente”, aponta o produtor.

Rotação em prol do solo e da produtividade

Alternância de culturas na mesma estação auxilia no controle das doenças e na reposição da matéria orgânica. Apesar disso, sistema é pouco (ou quase nada) utilizado no Estado



Há mais de duas décadas, o produtor José Roberto Mortari destina boa parte dos 380 hectares, divididos em duas propriedades na região de Londrina, no Norte do Estado, para o milho no plantio de verão. Independentemente do preço, cobrir talhões com o cereal a cada estação mais quente do ano faz parte da estratégia de rotação adotada para garantir a fertilidade do solo, o controle de doenças e a alta produtividade na soja.

O mesmo ocorre na estação fria. Na atual safrinha, mesmo com as incertezas do clima e as tradicionais dificuldades de comercialização, Mortari cobriu 96 hectares com trigo. No restante da área, aveia preta consorciada com nabo, 134 hectares, e milho, 156 hectares, prepararam o solo para a próxima safra de verão.

“Mesmo sem saber se vai dar dinheiro, é importante [a rotação]. Pois no verão, o terreno fica mais limpo, sem buva e sem amargoso. A terra fica muito bem estruturada”, aponta o produtor, filho do pioneiro do Sistema Plan-

tio Direto (SPD) em Londrina, no longínquo ano de 1973. “Apesar de não ter retorno financeiro imediato, no longo prazo gera mais dinheiro por conta da soja, pois garante boa produtividade”, complementa.

Porém, o retrato da propriedade de Mortari não condiz com a realidade das lavouras paranaenses. Atualmente, a maioria dos produtores de grãos do Estado não adota o sistema de rotação. Não existem dados oficiais, mas o fato do milho ocupar menos de 10% da área agricultável de verão no Paraná caracteriza a monocultura da soja, principalmente nas regiões mais quente.

“Carece de dados quantitativos. Mas é evidente que podemos dizer, sem medo de errar, observando as paisagens e alguns números, que a rotação é pouco utilizada na produção de grãos. Restrita mais nas regiões frias. Até encontra em áreas de verão, mas infelizmente pouco”, aponta o pesquisador Henrique Debiasi, da área de manejo do solo da Embrapa Soja.

“Mesmo sem saber se vai dar dinheiro, é importante [a rotação]. Pois no verão, o terreno fica mais limpo, sem buva e sem amargoso. A terra fica muito bem estruturada”

*José Roberto Mortari,
produtor de Londrina*

Essa postura imediatista dos produtores, que acabam optando pela cultura com retorno econômico de curto prazo, geralmente a soja, tem gerado problemas nas lavouras, como a proliferação de algumas doenças e insetos, infestação de matos e perda de qualidade do solo. A oleaginosa, cultivada em larga escala no verão, deixa a terra com baixa quantidade de resíduos após a colheita. “Muitos municípios estão com soja em 99% da área agrícola no verão e milho safrinha no inverno”, lamenta Debiasi.

Mudança de postura

A prática da rotação de culturas numa mesma estação se faz necessária para a manutenção dos altos índices de produtividade do Paraná. Porém, segundo o pesquisador da Embrapa Soja, essa mudança de postura por parte produtor não pode ser imposta, mas ocorrer de forma gradual.

“Não é o ideal, mas se o produtor mudar no inverno já melhora bastante. Não irá resolver o problema, mas é um avanço. Precisamos ter uma estratégia, convencer o produtor por etapas”, explica o pesquisador.

Estudos desenvolvidos por diversas entidades comprovam a eficiência da rotação de cultura. Pesquisa da Embrapa Soja mostra que a alternância do milho safrinha com outra cultura – aveia, braquiária ou consórcio – gera economia de R\$ 270 por hectare na soja na safra de verão, principalmente na redução com o custo do herbicida. Além disso, a rotação gera uma maior estabilidade da atividade, como a manutenção da qualidade do solo e redução de problemas fitossanitários.

“Reduz custo e aumenta a produtividade da soja. Mas o produtor precisa analisar a área como um sistema, não por temporada. Desta forma, os não ganhos com o milho verão serão diluídos ao longo de três anos nos ganhos com a oleaginosa”, afirma Debiasi.

Isso ocorre na propriedade de Mortari. Enquanto a produtividade média da soja na safra 2016/17 no Estado atingiu 3,7 mil quilos por hectare, o produtor de Londrina conseguiu 4,3 mil quilos por hectare, 17% maior que o rendimento estadual. “Essa alta produtividade está ligada a rotação que faço há décadas”, enfatiza Mortari.



Prosolo é lançado em Apucarana

Encontros regionais têm difundido ações do programa de conservação de solo e água pelo Estado



Cerca de 600 pessoas participaram do lançamento do Prosolo em Apucarana

A série de encontros regionais para difundir as ações do Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo) pelo Interior reuniu, aproximadamente, 3 mil pessoas, em sete eventos organizados pelo Estado. O último foi em Apucarana (região Norte), no dia 5 de junho. Cerca de 600 produtores, técnicos e lideranças de 50 municípios estiveram presentes no Auditório Gralha Azul, da Faculdade de Ciências Econômicas (Fecea).

Participaram do encontro em Apucarana Norberto Ortigara, secretário estadual da Agricultura e Abastecimento (Seab); Ronei Volpi, representante da FAEP; Beto Preto, prefeito de Apucarana; Mário Bezerra Guimarães, chefe do Núcleo Regional da Seab; Ademir Muller, presidente da Fetaep; Robson Mafioletti, dirigente da Ocepar; e representantes da Emater, Iapar e BRDE.

Lançado em agosto de 2016 pelo governo do Estado, com apoio de 22 entidades, entre elas o Sistema

FAEP/SENAR-PR, o Prosolo tem como objetivo recuperar no Paraná as boas práticas de manejo de solo e água, que visam proteger a terra da erosão, fenômeno que voltou a aparecer com força nas propriedades paranaenses nos últimos anos, fruto do abandono de algumas técnicas conservacionista. Segundo dados da Seab, 30% das propriedades paranaenses sofrem com o processo de erosão nos mais diversos níveis.

O programa oferece suporte técnico para produtores que desejam manter a qualidade do solo e água na sua propriedade, além de corrigir problemas que eventualmente já estejam ocorrendo. A adesão do produtor ao Prosolo é voluntária. Para aderir ao programa basta procurar um escritório da Emater. Por meio de um Termo de Adesão, o produtor se compromete a elaborar e executar um Projeto Técnico de Conservação de Solo e Água na sua propriedade rural. O produtor rural terá um ano para apresentar o projeto técnico à Emater e até

R\$ 12 milhões

Esse é o valor destinado para incentivar pesquisas de conservação de solo

três anos para executá-lo.

O produtor que não seguir o Prosolo e for denunciado à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) por não cuidar do solo, poderá receber uma multa, que varia de 5 a 17 UPF (cada UPF vale R\$ 99,90). O valor da punição depende do tamanho da propriedade, dos danos causados e da gravidade da situação. O prazo para o produtor aderir ao Prosolo termina no dia 29 de agosto de 2017.

Pesquisa científica

Um dos pilares do programa Prosolo é a pesquisa científica aplicada, que envolve 11 universidades e três fundações e instituições de pesquisa. A Chamada Pública n.º 01/2017, lançada em fevereiro pelo governo estadual, incentiva pesquisadores a apresentarem projetos na área de conservação e recuperação de solos, em sintonia com as ações do programa. Os projetos vencedores terão quatro anos para executar as pesquisas propostas. Os recursos disponibilizados somam R\$ 12 milhões, sendo R\$ 6 milhões do SENAR-PR, R\$ 4 milhões da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) e R\$ 2 milhões da Fundação Araucária.

Orientação

Para Ortigara, o programa busca orientar os produtores a adotarem práticas de conservação de solos e água, e a sustentabilidade da produção, a fim de atender as demandas dos compradores nacionais e internacionais.

O consultor Marcos Vieira, que já foi presidente do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), citou entre as boas práticas, a cobertura permanente do solo, a rotação de culturas, plantio em nível, terraços e outras

técnicas que devem ser adotadas com a orientação da assistência técnica, conforme a região onde se encontra a propriedade.

“A população precisa conhecer estas ações em toda a sua extensão, desde a questão do apoio ao pequeno produtor rural, fornecedor do leite e demais produtos do campo adquiridos pelo governo a preços subsidiados, até o combate à desnutrição”, afirmou Mário Bezerra Guimarães, coordenador do evento.

De acordo com Robson Mafioletti, da Ocepar, investir em conservação de solos é o diferencial para manutenção das altas produtividades nas lavouras que vem sendo obtidas. “O pacote de tecnologia já foi adotado pelos produtores. Agora eles precisam investir em conservação de solos para alcançarem resultados positivos em produtividade”, enfatizou.

O Prosolo já foi divulgado em encontros em Maringá, Carambeí, Guarapuava, Pato Branco, Cascavel e Umuarama, além de Apucarana.



Premiação

Durante o encontro do Prosolo, em Apucarana, foram premiados 120 agricultores. O reconhecimento foi pelo trabalho na conservação do meio ambiente rural, em âmbito municipal. A premiação foi dividida em três categorias: até 10 hectares; de 10 a 50 hectares; e acima de 50 hectares. Os contemplados foram escolhidos por comissões técnicas formadas nos 13 municípios integrantes do Núcleo Regional da Seab: Mauá da Serra, Marilândia do Sul, Califórnia, Rio Bom, Apucarana, Arapongas, Sabáudia, Cambira, Novo Itacolomí, Jandaia do Sul, Marumbí, Bom Sucesso e Kaloré. Em âmbito regional, os ganhadores das medalhas de ouro, foram Jean Rafael Crespo (Cambira), José Romão Moreira (Marumbi) e Wilson Masambani (Apucarana).

INFLUENZA AVIÁRIA

GRANJA SEGURA



É PROIBIDA
a entrada de pessoas
não autorizadas



FIQUE ATENTO
as boas práticas
de produção



É PROIBIDA
a entrada de
outros animais

Mais informações: www.adapar.pr.gov.br

REALIZAÇÃO



APOIO





LEITOR EM FOCO

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



Flor famosa - O leitor Anderson Bazzo mandou a foto da primeira floração da sua orquídea *Brassolaeliocattleya Alma Kee*. Além de bonita, pelo jeito é uma flor famosa, pois tem nome e sobrenome!



Harmonia - O leitor Daniel Verderio, de Centenário do Sul, registrou essa linda borboleta no momento em que se deliciava com o néctar de uma flor.

NOTAS

Pesquisa pela internet

A recente Pesquisa Hábitos do Produtor Rural, da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA), mostra que 53% dos agricultores pesquisaram preços de insumos pela internet nos últimos seis meses. Sementes e defensivos agrícolas foram os itens mais cotados por 20% dos produtores. Em seguida aparecem fertilizantes (17%), tratores (15%), equipamentos agrícolas (12%), animais (10%), caminhonetes (10%), vacinas (9%) e colheitadeiras (8%) e sal mineral (8%).

Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa

No dia 7 de junho, uma audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado debateu erradicação da Febre Aftosa. O encontro faz parte do processo de elaboração do Plano Estratégico 2017-2026, do Programa Nacional de Febre Aftosa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Especialistas que participaram da audiência elogiaram o plano – um conjunto de ações para erradicar a doença no Brasil, com cumprimento para os próximos dez anos -, mas ponderaram que ele só terá condições de ser

cumprido se o poder público se comprometer a destinar os recursos necessários para essa finalidade. A finalidade do plano estratégico é garantir o status de país livre da febre aftosa, além de ampliar as zonas livres sem vacinação.





IVAÍ

MANEJO DE SOLO

O Sindicato Rural de Ivaí promoveu, nos dias 18 e 19 de abril, em parceria com a empresa Souza Cruz, o curso Manejo de Solo. Participaram 14 pessoas com o instrutor Luiz Sergio Kreпки.



GUARAPUAVA

COMUNICAÇÃO

O Sindicato Rural de Guarapuava promoveu, na cidade de Campina do Simão, nos dias 11 e 12 de maio, o curso Comunicação e Técnicas de Apresentação. O curso teve a participação de 17 pessoas com o instrutor Josias Schulze.



RONDON

TRATORES AGRÍCOLAS

O Sindicato Rural de Rondon promoveu, entre os dias 15 e 19 de maio, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (Tratorista Agrícola) – Norma Regulamentadora 31.12. Participaram sete pessoas com o instrutor Hog de Almeida Lattanzio.



PALOTINA

AUTOPROPELIDO

O Sindicato Rural de Palotina promoveu, entre os dias 24 e 28 de abril, o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – Pulverizador Autopropelido. Participaram seis pessoas com o instrutor Alcione José Ristof.



TEIXEIRA SOARES

PANIFICAÇÃO

O Sindicato Rural de Teixeira Soares, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, promoveu nos dias 17 e 18 de maio, o curso Panificação. Participaram 13 produtoras rurais com a instrutora Marilsa Simone Retzlaff.



IBIPORÃ

PESCADO

O Sindicato Rural de Ibiporã promoveu, nos dias 23 e 24 de maio, o curso Produção Artesanal de Alimentos – Derivados de Pescado. Participaram do curso 15 produtoras rurais com o instrutor Frederico Leoneo Mahnic.



ABATIÁ

RÉDEAS

O Sindicato Rural de Abatiá promoveu, entre os dias 15 e 19 de maio, o curso Trabalhador na Equídeocultura – Rédeas. Participaram dez pessoas com o instrutor Eder Ribeiro da Rosa.



CIANORTE

AGROTÓXICOS

O Sindicato Rural de Cianorte promoveu, entre os dias 6 e 8 de março, em parceria com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, o curso Aplicação de Agrotóxicos – NR 31.8. Participaram 15 trabalhadores rurais com o instrutor Mauro Moreira dos Santos.

VIA RÁPIDA

Gavião-real

O programa de reprodução animal mantido pela Itaipu Binacional vem tendo bons resultados. No dia 5 de maio, nasceu um filhote de gavião-real (*Harpia harpyja*) no Refúgio Biológico Bela Vista, em Foz do Iguaçu (região Oeste). O pássaro, que está ameaçado de extinção, é uma das maiores aves de rapina do mundo e chega a ter dois metros de envergadura. O gavião-real pode ser encontrado em boa parte da América Latina. Carnívoro, a ave caça de roedores até macacos. Parte dos animais que nascem no Refúgio Biológico é solta na natureza.



Chuva: correr ou andar, eis a questão

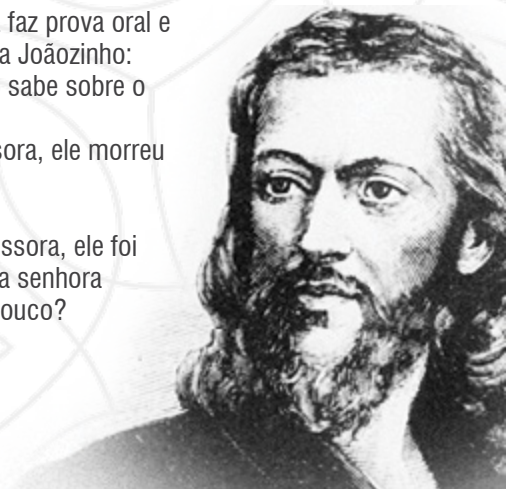
A cena é comum e ocorre em qualquer lugar. Começa a chover e quem está sem guarda-chuva corre para tentar se molhar menos. Mas segundo a física, o ato só vale se chuva for em quantidade constante e na vertical. Se a chuva cair perpendicular ao chão, ou seja, sem inclinação, andando ou correndo vai se molhar na mesma quantidade se a chuva aumentar e diminuir durante o tempo que a pessoa estiver na área atingida. Já se a chuva cair inclinada, se a pessoa correr, vai se molhar mais do que se andar. Isso tudo por causa que a vazão da água, que é resultado da área multiplicada pela velocidade, aumenta. Correndo, a velocidade de deslocamento da pessoa se eleva, a vazão de água cresce e a pessoa se molha mais.



Sobre Tiradentes

A professora faz prova oral e pergunta para Joãozinho:

- O que você sabe sobre o Tiradentes?
- Ah, professora, ele morreu enforcado.
- Só isso?
- Poxa, professora, ele foi enforcado e a senhora ainda acha pouco?





***“A preguiça é a mãe do progresso.
Se o homem não tivesse
preguiça de caminhar, não
teria inventado a roda.”***

Mario Quintana (1906-1994)
poeta gaúcho



Baú debaixo da casa

Havia um homem rico que estava próximo da morte. Ele então chamou seus 3 filhos e disse:

- Há um baú enterrado nesse terreno, porém, não me lembro onde. Quando eu morrer, derrubem a casa para cavar, pois o baú tem um tesouro.

Os filhos ficaram torcendo pela morte rápida do pai até o dia em que ele se foi. Logo após o enterro, destruíram a casa, cavaram o chão e acharam o baú que continha o bilhete:

- Aprendam a construir suas casas, pois a minha morre comigo.



Bolo e vela de aniversário

O hábito de se comemorar aniversários com bolos e velas vêm da antiga Grécia. Os gregos preparavam bolos circulares em homenagem à deusa Artemis, deusa da fertilidade. Como Ártemis também era deusa da Lua, o formato redondo do bolo era uma referência à Lua cheia. A fumaça da vela acesa em cima do bolo simbolizava um agradecimento pela proteção da deusa. Já a canção “Parabéns a Você”, que acompanha tradicionalmente as comemorações de aniversário, é mais recente. Em 1893, as irmãs e professoras Mildred e Patty Hill compuseram “Good Morning to All” (“Bom Dia a Todos”) para as crianças cantarem na entrada da escola. Em 1924, a canção teve uma alteração, passando a ser “Happy Birthday to You” (“Feliz Aniversário a Você”). A letra foi adaptada para o português em 1942.



UMA SIMPLES FOTO





CAPACIDADE

Conta certa lenda, que estavam duas crianças patinando num lago congelado.

Era uma tarde nublada e fria, e as crianças brincavam despreocupadas.

De repente, o gelo quebrou e uma delas caiu, ficando presa na fenda que se formou.

A outra, vendo seu amiguinho preso, e se congelando, tirou um dos pa-

tins e começou a golpear o gelo com todas as suas forças, conseguindo por fim, quebrá-lo e libertar o amigo.

Quando os bombeiros chegaram e viram o que havia acontecido, perguntaram ao menino:

– Como você conseguiu fazer isso? É impossível que tenha conseguido quebrar o gelo, sendo tão pequeno e com mãos tão frágeis!

Nesse instante, um ancião que passava pelo local, comentou:

– Eu sei como ele conseguiu.

Todos perguntaram:

– Pode nos dizer como?

– É simples, respondeu o velho.

– Não havia ninguém ao seu redor para lhe dizer que não seria capaz.

Albert Einstein

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____